



DOI: <https://doi.org/10.59488/tragica.v17i2.64376>

Revista Trágica

Volume 17 - Número 02 ISSN 1982-5870

Estado e máquinas de guerra no capitalismo

State and war machines in capitalism

Sandro Kobol Fornazari  

Professor do Departamento de Filosofia e do PPGF da UNIFESP, Guarulhos, SP, Brasil.

Contato: sandrokobol@gmail.com

Resumo: O artigo explora as metamorfoses do estado ao longo da história, desde o estado imperial arcaico até o estado-nação, conforme discutido por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs*. Destaca-se que o estado sempre coexistiu com as sociedades primitivas, em influência recíproca. O estado moderno se adapta à lógica do capitalismo, tornando-se um modelo de realização para os fluxos descodificados. O texto explora, a partir de *Guerras e capital*, de Alliez e Lazzarato, como o capitalismo instrumentaliza o estado e a máquina de guerra para acumulação e valorização monetária, controlando e submetendo as populações, uma máquina de guerra coextensiva à economia-mundo, visando disciplinar a força de trabalho, disseminando insegurança, medo e degradação socioeconômica. A gestão da guerra envolve estratégias não apenas militares, mas também econômicas, de comunicação e de controle populacional. Em suma, o artigo analisa as relações complexas entre estado, capitalismo e máquinas de guerra na história.

Palavras-chave: estado, capitalismo, máquinas de guerra.

Abstract: The article explores the metamorphoses of the state throughout history, from the archaic imperial state to the nation-state, as discussed by Deleuze and Guattari in *A Thousand Plateaus*. It is noteworthy that the state has always coexisted with primitive societies, in reciprocal influence. The modern state adapts to the logic of capitalism, becoming a model of realization for the decoded flows. The text explores, based on *Wars and Capital*, by Alliez and Lazzarato, how capitalism instrumentalizes the state and the war machine for accumulation and monetary valorization, controlling and subjugating populations, a war machine coextensive with the world-economy, aiming to discipline the workforce, spreading insecurity, fear and socioeconomic degradation. The management of war involves not only military strategies, but also economic, communication, and population control strategies. In short, the article analyzes the complex relationships between the state, capitalism and war machines in history.

Keywords: state, capitalism, war machines.

Gilles Deleuze e Félix Guattari, em *Mil platôs*, nos platôs 12 e 13, discorrem sobre as metamorfoses do estado ao longo da história. De uma hipótese sobre o surgimento do estado ao estado-nação, passando pelo estado imperial arcaico ou despótico, apontando para cada caso os diversos processos maquínicos de captura dos fluxos que os caracterizam: populações, mercadorias, comércio, propriedade privada, capital. Ou seja, o estado é o mesmo, mas muda frequentemente de figura. Ele só reina sobre o que é capaz de capturar, mas é impensável sem a relação com um fora que é irreduzível a ele, sejam as comunidades segmentárias, os bandos nômades, as minorias, as organizações ecumênicas de diversos tipos (comerciais, industriais, religiosas). Esse fora irreduzível ao estado se apresenta enquanto máquinas de guerras polimorfos e difusas que só existem na medida em que produzem fluxos e movimentos que não se deixam apropriar pelos estados. Nesse sentido, há um campo perpétuo de interação, de coexistência e de concorrência entre os estados e as máquinas de guerra assim entendidas. Este artigo visa explicitar os funcionamentos e transformações desse campo, o que nos levará a refletir a partir das teses de Éric Alliez e Maurizio Lazzarato em *Guerras e capital* sobre a maneira como o capitalismo instrumentaliza o estado e a máquina de guerra como elementos constituintes de seu funcionamento visando a acumulação e a valorização monetária através do controle e da submissão das populações. Indo muito além das operações militares convencionais, a máquina de guerra amplia seu escopo para uma nova governamentalidade através de dispositivos econômicos, comunicacionais, carcerários, de gestão das subjetividades, culturais, de manipulação da opinião pública e das eleições, entre outros.

Estado e capitalismo

O ponto de partida é a tese de Pierre Clastres de que o estado está ausente das sociedades primitivas ou segmentárias, seja no interior dos grupos, seja se impondo do exterior sobre a multiplicidade dos grupos, na medida em que possuem mecanismos que atuam incessantemente com o objetivo de impedir o surgimento do estado, se configurando não como uma sociedade sem estado, mas como uma sociedade contra o estado¹. Diante disso, Deleuze e Guattari vão destacar como Clastres rompe com os postulados evolucionistas² ao afirmar que, nessas sociedades:

- a) O estado não é produzido pelo desenvolvimento das forças produtivas, já que estas não tendem ao desenvolvimento, mas à satisfação das necessidades sem a produção de excedentes.
- b) O estado não deriva da fusão progressiva dos grupos através das alianças que se configuram pela troca, pois a troca produz alianças com o fim de fazer a guerra e as trocas estão assim limitadas pela guerra.

¹ Essa tese de Clastres se encontra desenvolvida em *Arqueologia da violência* e em *A Sociedade contra o Estado*.

² DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Vol. 5, p. 118.

- c) A guerra nas sociedades primitivas não produz o estado, porque seu efeito é justamente o de impedir a formação de relações de mando e obediência entre vencedores e vencidos, já que a própria dinâmica da guerra nesse contexto impede que isso ocorra.
- d) Tampouco o estado é o efeito do acúmulo do poder pelo chefe, já que há diversos mecanismos que impedem esse acúmulo e se trata de uma função de prestígio e não uma função de poder.

Portanto, o estado não é o *efeito* da divisão política ou econômica. Ao contrário, só haverá distinção entre governantes e governados *no interior do estado*, assim como somente a partir do estado será possível a produção de excedentes e a divisão econômica entre ricos e pobres, assim como a realização de grandes obras públicas. Ou seja, não se pode explicar o surgimento do estado por aquilo que depende da existência do estado, que é posterior a ele. Se já houvesse dominação violenta de uma classe sobre outra, não haveria a necessidade da existência do estado, pois este seria redundante ao garantir as condições de exploração e de dominação que, no entanto, já estavam presentes.

A questão que Deleuze e Guattari se colocam é afinal como e por que foi possível o surgimento do estado. Diante desses mecanismos que visam evitar o seu aparecimento, como foi possível que ele não só surgisse, mas que triunfasse³.

O próprio Clastres levantou algumas hipóteses a esse respeito. Uma delas é sobre as sociedades nas quais a guerra tinha um espaço central na vida política, na qual um grupo de guerreiros se dedicava exclusivamente à guerra⁴ e outra sobre o adensamento demográfico concomitante ao fenômeno do profetismo entre os Tupi-Guarani⁵.

Apesar das hipóteses avançadas por Clastres serem rechaçadas por ele próprio, isto é, de não ser possível pensar no surgimento do estado a partir da proeminência de guerreiros, tampouco do aparecimento da força disruptiva do profetismo, já que em ambos os casos prevalecem mecanismos que inibem a consolidação de um poder de comando ou de uma divisão política no interior da sociedade primitiva, apesar disso, o próprio sentido de sua problematização indica que Clastres está flertando ainda com o evolucionismo, isto é, com a ideia de que o estado vem depois, que ele nasceria de uma evolução, ainda que brusca ou milagrosa, motivado por algum fator novo que viesse a perturbar a ordem social primitiva.

Daí Deleuze e Guattari, rompendo com as hipóteses evolucionistas e apoiando-se nas investigações arqueológicas, afirmam que é preciso admitir que o estado sempre existiu, pronto e acabado, que sempre ao lado das sociedades primitivas se encontravam impérios, margeando-os, sempre em contato. O equívoco de Clastres e dos etnólogos em geral foi supor uma independência, uma autossuficiência das sociedades primitivas, quando o que havia de fato era um “campo perpétuo de interação”, onde Estados e sociedades primitivas coexistiam e concorriam⁶.

³ Ibidem, p. 116-129.

⁴ CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*, p. 251-294. Trata-se do Capítulo 12 – Infortúnio do guerreiro selvagem.

⁵ CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*, p. 225-31. Sobre o fenômeno do profetismo entre os Tupi-Guarani, ver também, de Hélène Clastres, *Terra sem mal*.

⁶ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Op. Cit., p. 119.

A arqueologia mostra que tais estados imperiais arcaicos existiam por toda parte, na Ásia, na África, na América, na Grécia, em Roma e que talvez se possa contar uma outra história à medida em que avançam as escavações: a origem desses estados pode ser cada vez mais recuada no tempo. Possivelmente, já surgem no paleolítico, ou seja, deles, dos estados, decorreria um estoque de sementes selvagens provenientes de diferentes territórios que permitem as hibridações que dariam ensejo à agricultura – e o mesmo valeria para a criação de animais de pequeno porte. Esse teria sido o caso de Çatalhöyük, na Anatólia. As cidades imperiais precedem, nesse caso, a agricultura⁷.

Não é mais o estado que supõe comunidades agrícolas elaboradas e forças produtivas desenvolvidas; ao contrário, ele se estabelece diretamente num meio de caçadores-coletores sem agricultura nem metalurgia preliminares, e é ele que cria a agricultura, a pequena criação e a metalurgia, primeiro sobre seu próprio solo, depois os impõe ao mundo circundante⁸.

Assim, o estado não supõe mais um modo de produção, ele o cria e o difunde por toda sua zona de influência. Ao mesmo tempo que afirmam a coexistência, Deleuze e Guattari apontam que o estado “nasce adulto e surge de um lance”, num meio de caçadores-coletores e não como efeito desse meio, impondo-lhes seu modo próprio de produção: agricultura, criação de animais, divisão do trabalho, etc., ao mesmo tempo em que as sociedades primitivas buscam conjurar o seu aparecimento. Se eles avançam teoricamente na compreensão dessa interação, é porque afirmam que é preciso pensar a coexistência desses dois movimentos, dos primitivos em direção ao estado, conjurando a sua existência, e do estado em direção aos primitivos, dissolvendo a sua ordenação social⁹.

Segundo as hipóteses de Karl Marx, assumidas por Deleuze e Guattari, o aparelho de estado avança submetendo as comunidades agrícolas primitivas ao poder do imperador déspota que institui a posse de terra comunitária, embora submetida à propriedade transcendente do imperador, que também se apropria do excedente (estoque) e do sobretrabalho, isto é, organiza as obras públicas e as funções burocráticas que decorrem delas.¹⁰ Assim, o estado imperial arcaico operaria *a posteriori* uma sobrecodificação das comunidades agrícolas de códigos de linhagem e de territórios, e isso já suporia certo desenvolvimento das forças produtivas no estado, ao menos um

⁷ Çatalhöyük foi uma pequena cidade de cerca de 5 mil habitantes, situada na Turquia central. É considerada a cidade mais antiga do mundo. Foi colonizada por volta de 7400 a.C. e seguiu povoada por perto de 1500 anos. Apesar de exemplo privilegiado pelos filósofos, as escavações em Çatalhöyük não mostram indícios de divisões hierárquicas ou de uma autoridade central, tampouco se pode designá-la como uma cidade imperial. Cada casa mantinha relativa autonomia em relação às demais; não havia nenhum centro visível, nem instalações comuns. Estima-se que era dentro das casas que se desenrolava a vida cotidiana: a lida com os alimentos, com os ofícios artesanais e inclusive as atividades rituais. Havia a agricultura, o pastoreio de carneiros e cabras, a caça de touros e javalis e a coleta. Cf. GRAEBER, David; WENGROW, David. *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*, p. 234-6; 242-6. Apesar disso, que se deve ao hiato de mais de 40 anos de escavações desde a publicação de *Mil platôs*, é provavelmente correto afirmar que a cidade de Çatalhöyük tenha precedido a agricultura, ainda que sua base alimentar fosse bastante diversificada e a agricultura, sazonal, fosse apenas uma das inúmeras atividades para a obtenção de alimentos.

⁸ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Op. Cit., p. 117-8.

⁹ *Ibidem*, p. 120-1.

¹⁰ MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*, p. 388-423. Trata-se do capítulo “Formas que precederam a produção capitalista”.

estoque e uma metalurgia¹¹. Ele faz nascer um modo de produção derivado do estoque de excedentes agrícolas que o impulsiona.

Nesse movimento, porém, o estado vai simultaneamente “liberar também uma grande quantidade de fluxos descodificados que vão lhe escapar”¹², fluxos que não serão mais contidos dentro de seus próprios códigos:

- a) Há um fluxo do trabalho (notadamente nas minas e nas metalurgias), que escapa à burocracia do estado;
- b) Há um fluxo da moeda que potencializa o comércio e os bancos, que foge da forma monetária do imposto;
- c) Há, sobretudo, um fluxo da apropriação privada que se constitui marginalmente ao sistema da propriedade pública criado pelo estado e inevitavelmente atravessa as malhas da sobrecodificação.

Sendo uma invenção própria do Oriente, o estado imperial arcaico verá os fluxos que sobrecodifica tenderem a se tornar uma mais-valia de fluxo junto aos povos egeus, na Europa, cujos estados não produziam e não acumulavam estoques, mas usufruíam do estoque agrícola oriental ao trocá-lo por matérias-primas, como a madeira e os metais, que muitas vezes traziam de outras partes da Europa. Além disso, sempre que podiam usufruíam desse estoque através de saques.

Desse modo, esses estados ocidentais não produziam por si sós um excedente acumulado, mas se beneficiavam do que os estados orientais produziam através do comércio e dos saques. Isso daria aos artesãos metalúrgicos e aos comerciantes no Ocidente um estatuto mais livre e um mercado mais diversificado “que prefiguravam uma classe média”¹³. Isso teria inclusive atraído metalúrgicos e comerciantes do Oriente.

Cabe a esse estado moderno organizar os fluxos descodificados (não mais sobrecodificar fluxos já codificados), de maneira que o direito se torna direito subjetivo, a operação do “significante” imperial dá lugar a processos de subjetivação no sentido de garantir um regime de sujeição social (ao invés do regime de servidão maquínica do estado despótico).

O estado moderno se apresenta sob as formas mais diversas: os impérios evoluídos, como o Império Romano, cidades autônomas e feudalidades. Desse modo, os fluxos descodificados continuarão a correr e a produzir novos fluxos que escapam, oferecendo alguns contornos do capitalismo.

No entanto, essa é uma condição necessária para o surgimento do capitalismo, mas não suficiente. Para realizá-lo, é necessária uma integração, uma *conjugação generalizada* desses fluxos descodificados capaz de reverter os aparelhos precedentes.

Marx o mostra com toda clareza: que essa integração se dê numa “Subjetividade global e não qualificada, que capitaliza todos os processos de subjetivação”¹⁴. Em outras palavras, é preciso que toda atividade, que toda produção esteja referida a uma “essência

¹¹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, F. Op. Cit., p. 116-117.

¹² Ibidem, p. 145.

¹³ Ibidem, p. 147.

¹⁴ Ibidem, p. 150.

subjetiva única da riqueza”¹⁵ que se exprime num objeto qualquer (não importa se é terra, máquina, dinheiro, trabalho, ferramenta etc.). Essa subjetividade global não qualificada, essa essência subjetiva da riqueza é o capital.

O capital é esse fluxo descodificado, produtor universal de mais-valia, que atinge tal nível de descodificação que os aparelhos de estado não podem mais alcançar. Para isso, é preciso que:

- a) Por um lado, o fluxo de trabalho se torne trabalho livre (não mais servidão ou escravidão);
- b) Por outro lado, a riqueza se torne capital puro, homogêneo e independente (uma riqueza não mais qualificada como fundiária, mercantil ou financeira).

Essa é uma tese que Deleuze e Guattari tomam de *Ler o capital*, de Étienne Balibar: “o capitalismo se forma quando o fluxo de riqueza não qualificado encontra o fluxo de trabalho não qualificado e se conjuga com ele”¹⁶. Para isso, os fluxos precisam se livrar de seus inibidores, como a organização feudal do campo e a organização corporativa das cidades. O capitalismo, assim, se constitui a partir dessa “axiomática geral dos fluxos descodificados”¹⁷.

Esse é o limiar do capitalismo, a descodificação máxima, a desterritorialização dos fluxos produzidos pelo capitalismo que se torna uma axiomática cosmopolita, ou seja, que organiza por conta própria uma divisão internacional do trabalho. O capitalismo constitui uma potência ecumênica transnacional, insensível às decisões dos governos, com “uma enorme massa monetária apátrida que circula através dos câmbios e das fronteiras, escapando ao controle dos estados”¹⁸. O capitalismo é essa potência de desterritorialização absoluta, que toma por único objeto o “trabalho materializado”, isto é, a mercadoria. Em suma, uma ordem econômica que poderia passar sem o estado? Que renova frequentemente seu grito contra o estado em nome da mercadoria e da desterritorialização?

Como explicar então que o estado sobreviva a esse limiar?

Acontece que, com o capitalismo, os estados mudam de forma e adquirem um novo sentido: eles se tornam “modelos de realização de uma axiomática mundial que os ultrapassa”¹⁹. A axiomática capitalista é imanente e se realiza imediatamente e ao mesmo tempo nos diferentes campos que atravessa, em setores e meios de produção diversos, em estados onde cada um oferece recursos, populações, riquezas, equipamentos, etc.

A axiomática faz com que suas próprias necessidades sejam conduzidas pelos estados no sentido de transformá-las em mecanismos de acumulação, de aceleração e de concentração. Esses mecanismos podem ser, indiferentemente, o regime colonial, a proteção industrial e as guerras comerciais, o regime fiscal e de dívida pública, etc. Foi

¹⁵ A expressão é de K. Marx em *Introdução geral à crítica da economia política*.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*, p. 151.

¹⁸ *Ibidem*, p. 152.

¹⁹ *Ibidem*, p. 153.

através dos estados-nação que o capitalismo encontrou a possibilidade de circular livremente, sem obstáculos, tanto o fluxo do trabalho, quanto o fluxo do capital.

Os estados não são mais paradigmas transcendentais de uma sobrecodificação, eles se tornam “modelos de realização imanentes para a axiomática dos fluxos descodificados”²⁰. Que eles sejam estados-nação, em qualquer dos casos, tem uma importância crucial. Pois, os estados-nação surgem (a partir do Tratado de Vestfália, em 1648) contra os sistemas imperiais, as feudalidades, as cidades e contra as minorias “nacionalitárias”.

Frequentemente, a nação se constrói sobre uma terra e sobre um povo, com os meios mais sangrentos, mas o que constitui o povo é o fluxo do trabalho e o que constitui a terra é o fluxo do capital.

Ao constituir-se, no entanto, como uma axiomática de fluxos descodificados, no quadro dos estados-nação, o capitalismo reinventa um sistema de servidão maquínica, que não remete à transcendência, mas opera na imanência da axiomática. Nesse novo contexto, as pessoas, que eram subjetivadas como trabalhadores e trabalhadoras ou usuários das máquinas técnicas na sua fase motriz, passam a ser submetidas a um regime de servidão às máquinas cibernéticas e informacionais das quais são partes constituintes. Trata-se do sistema homem-máquina, tematizado por Maurice de Montmollin²¹, em sua tese de 1963, onde a “relação entre o homem e a máquina se faz em termos de comunicação mútua interior e não mais de uso”²², onde a informação deixa de ter como referência o humano. Ele seria consequência do crescimento do capital constante (o maquinário) em relação ao capital variável (o trabalhador da empresa ou da fábrica). Esse crescimento é o da automação, que muda o regime de trabalho, que torna maquínica a mais-valia e estende o quadro à sociedade inteira, inaugurando uma nova servidão maquínica. A sujeição e a servidão agora não param de se reforçar e de se nutrir mutuamente, já que desde então o poder se alimenta da linguagem, da percepção, do desejo, do movimento, de todos os microagenciamentos sociais e se exerce através da normalização, da modulação, da modelização, em suma, do controle sobre essa informação disponibilizada pelas máquinas cibernéticas/informacionais.

Haveria assim três momentos do aparelho de captura estatal:

- a) O primeiro seria a sobrecodificação dos fluxos codificados: a captura mágica, o laço, o *nexum*, isto é, o acoplamento de forças sob a insígnia do déspota. Laço coletivo imperial.
- b) O segundo momento seria o tratamento dos fluxos descodificados enquanto processo de subjetivação. Dele resulta a sujeição: o contrato de si consigo, o

²⁰ Ibidem, p. 154.

²¹ MONTMOLLIN, Maurice de. *Les systèmes hommes-machines: introduction à l'ergonomie*. Ao propor como objeto de estudo uma tecnologia de comunicações entre o homem e as máquinas, Montmollin define essas últimas a partir de uma compreensão bastante ampla: são as máquinas-ferramentas, aparelhagens, instruções, etc., constantemente realimentadas pelas maneiras com as quais os humanos interagem com elas, produzindo informações. A partir dessas interações, as máquinas fazem sistema com os humanos, isto é, visam um fim comum a todo o sistema. Cf. “Primeiro Capítulo: A ergonomia e os sistemas homens-máquinas”.

²² DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Op. Cit., p. 158.

Eu=Eu que restitui os laços, mas enquanto laços pessoais subjetivos, num direito que se torna subjetivo, entre indivíduos.

- c) Mas, deste, resulta o terceiro momento: o capital como sujeito que se ata ele mesmo e se coloca como a única universalidade, único laço. De maneira que a sujeição produzida pela subjetivação no segundo momento é “apenas uma etapa para o momento fundamental do estado, captura civil ou servidão maquínica”²³. Não somos prisioneiros do estado, não somos forçados por ele à servidão, mas estamos plenamente capturados, maquinicamente servis a ele. De maneira que o texto termina perguntando que tipo de captura é essa, nem voluntária, nem forçada? Não uma servidão voluntária, mas uma servidão maquínica, que a cada vez se pressupõe a si mesma, que só aparece como já feita.

Vemos assim que o desenvolvimento dos estados-nação acompanha a chegada do capitalismo. Desde seu início, o capitalismo constituiu uma gigantesca riqueza monetária transnacional que escapa do controle dos estados, que não dá a mínima às decisões dos governos. Quando é necessário, a axiomática capitalista faz com que seus interesses sejam conduzidos pelos estados no sentido de transformá-los em mecanismos de acumulação, de aceleração e de concentração. Esses mecanismos podem ser o regime colonial, a proteção industrial e as guerras comerciais, o regime fiscal e de dívida pública, e assim por diante. Foi através dos estados-nação que o capitalismo encontrou a possibilidade de circular livremente, sem obstáculos, tanto o fluxo do trabalho, quanto o fluxo do capital. Para ele, importa pouco se se trata de estados democráticos, neoliberais, social-democratas, totalitários, tiranias coloniais ou neocoloniais, ou ainda combinações entre eles, desde que cumpram o objetivo da valorização do capital no mercado mundial.

Vemos ainda que não há capitalismo sem a sujeição das pessoas a um processo de produção que é imposto e que obedece exclusivamente à lógica da valorização do capital, com seus incrementos constantes de produtividade. Com a automação e a informatização da produção, que muda o seu regime, passando a se exercer através do controle sobre a informação que disponibilizamos às máquinas, o capitalismo reinventa um regime de servidão maquínica que o neoliberalismo, longe de inventar, vem antes abençoar, ampliar a eficiência e tornar onipresente em nossas vidas.

Influenciados pelas teses precedentes, é nesse sentido que, ampliando seu significado, Alliez e Lazzarato se referirão a uma máquina de guerra que não é a máquina de guerra definida por Deleuze e Guattari como exterior ao aparelho de estado, mas uma máquina de guerra coextensiva ao funcionamento da economia-mundo e que consiste ao mesmo tempo nos complexos industriais, no sistema financeiro de gestão das dívidas, nos aparelhos de estado e nos complexos tecnológicos-militares, com o objetivo de submeter as populações por toda parte a “instrumentos de controle, normalização e disciplinarização da força de trabalho”²⁴ neutralizando assim as suas lutas e

²³ Ibidem, p. 161.

²⁴ ALLIEZ, Éric.; LAZZARATO, Maurizio. *Guerras e capital*, p. 340.

disseminando a insegurança, o medo e a degradação socioeconômica. Acompanhemos, ainda que sumariamente, as etapas principais dessa tese.

A máquina de guerra capitalista

Em *Guerras e capital*, Alliez e Lazzarato defendem uma tese a respeito da imbricação entre o estágio contemporâneo do capitalismo, isto é, o neoliberalismo e um novo tipo de guerra que vai se configurando depois da Guerra Fria e assume contornos mais nítidos a partir do século XXI. Visamos, doravante, apresentar em linhas gerais de que trata essa nova guerra, a partir sobretudo do capítulo 12 “As guerras fractais do capital”. Essa tese está assentada no fato de que a guerra passa a estar integrada não mais às estratégias do estado, mas sim às estratégias do capital²⁵.

A máquina capitalista global contemporânea se organiza em torno do privilégio do poder executivo sobre o legislativo e o judiciário e pelo fato de que o poder civil e o poder militar se tornam indiscerníveis. Em outras palavras, a guerra e a política se tornam indiscerníveis, enquanto os governos se configuram como poderes político-militares subsidiários de um complexo militar-industrial e financeiro transnacionais. O objetivo dessa reorganização é o de garantir a eficácia dos dois fluxos estratégicos do capital, a saber, os fluxos da moeda financeira e os fluxos de guerra, que passam por uma nova composição da força de trabalho enquanto uma linha de montagem que abarca todo o planeta, por uma exploração do capital humano globalizado.

O capital já havia se apropriado da guerra, desde pelo menos a Primeira Guerra, transformando-a em guerra industrial. Agora, no entanto, se trata de um tipo diferente de guerra, definida em torno da expressão “guerra em meio à população”. A guerra assim entendida passa a moldar as relações de poder e se torna o dispositivo de controle e de governamentalidade constituído para garantir a eficácia desses fluxos de acumulação ininterruptos; essa governamentalidade da guerra não é exercida sobre a população, mas através da produção de divisões na população: divisões de classe, de sexo, de raça e de subjetividade. A segurança da produtividade do capital depende dessas divisões, dessa nova governamentalidade que se expressa como guerra no seio das populações. Assim, tanto a guerra quanto o estado são instrumentalizados pelo capital.

A nova gestão da guerra, feita através dos governos, implica não apenas a condução de operações militares, mas de guerra em todas as suas dimensões: econômica, financeira, de comunicação, de gestão da população. Após as ações de guerra, arriscadas e imprevisíveis, mesmo que haja a suspensão das hostilidades, cabe ao executivo seguir mobilizando recursos, opiniões, a indústria e o trabalho, segundo uma conduta de guerra. O executivo passa a ter então uma natureza ao mesmo tempo política e militar. Cabe então a ele a reconstrução do que foi destruído, que é uma empreitada econômico-financeira e de gestão da moeda em relação às quais as forças militares deverão dar salvaguarda, fazendo o papel de polícia, de carceragem e muitas vezes assassinatos

²⁵ Ibidem, p. 335.

extrajudiciais, como ocorreu na prisão de Abu Ghraib, no Iraque, quando da ocupação dos EUA²⁶, entre tantos outros exemplos.

Há, portanto, uma conjunção desses dois fluxos de desterritorialização inerentes ao capitalismo: a instituição militar e a guerra, de um lado, e a moeda de crédito, de outro. Conduzir uma guerra ou conduzir as finanças de um país são ações indiferentes dentro dessa racionalidade considerada em termos de eficácia. Nesse sentido, a política é pensada como uma tarefa de gestão feita por tecnocratas.

Mas, afinal, quem controla o estado? Esse estado que ao mesmo tempo gerencia o fluxo de armas, veículos militares, bombas e soldados e o fluxo de dinheiro que busca valorização nesse processo contínuo de destruição, reconstrução e controle das populações? O aparelho de estado é comandado por um conjunto de instituições transnacionais que visam a valorização contínua do capital financeiro. Em nome delas, o estado deve garantir a livre circulação desse capital, conjuntamente com as políticas que fixam o nível de emprego, de salários, de despesas públicas, de impostos, de regulação das aposentadorias e assim por diante. Trata-se da “colonização do estado pelo Capital financeiro”²⁷, em benefício dos acionistas e em detrimento dos trabalhadores, dos consumidores, dos usuários de serviços públicos etc.

Os estados executam, portanto, as decisões desses centros de comando da economia-mundo que se alimenta da dívida e de sua axiomática. Uma malha bastante complexa, que envolve o banco central dos EUA (Federal Reserve), o FMI, o Banco Mundial, fundos de investimentos privados e instituições de avaliação não estatais. Essa malha, evidentemente, tem os EUA como seu principal garantidor em função dos seus interesses que não são nacionais, mas imperiais, que fazem desse país um estado à parte em que os interesses imperiais e do capital globalizado se confundem.

Um livro de 1999, intitulado *Guerra irrestrita*, escrito por dois coronéis seniores chineses, Qiao Liang e Wang Xiangsui, desempenha um importante papel no argumento de Alliez e Lazzarato. Pois descreve como a atividade financeira serve aos propósitos da guerra em sentido não convencional: mobiliza a apropriação de recursos, a captura de mercados, o controle de capitais e as sanções comerciais e provoca danos tão graves quanto as guerras convencionais, com efeitos desestabilizadores sobre as sociedades, de maneira que, eles afirmam, as guerras são decididas não mais por militares, mas por políticos, cientistas e até mesmo por banqueiros²⁸. Por exemplo, a desvalorização das moedas na Tailândia e na Indonésia na última década do século XX e, mais recentemente, os acordos mandatários das instituições financeiras comandadas pelos países ricos em relação à Grécia (um exemplo que será amplamente explorado por Alliez e Lazzarato).

Nesse sentido, essa guerra financeira se torna um poder de programação e execução de uma guerra civil: “guerra no seio das populações”, que é propriamente uma guerra contra a populações, não contra um exército inimigo, mas, obedecendo uma lógica de “maximização do valor para os acionistas”. Assim, dizem Alliez e Lazzarato, “a política do Capital é a continuação da guerra por todos os meios de que sua máquina

²⁶ Veja-se o documentário FANTASMAS DE ABU GHRAIB. Dir. Rory Kennedy. EUA, 2007.

²⁷ ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. Op. Cit., p. 333.

²⁸ Ibidem, p. 328-329. Os autores citam a edição francesa: LIANG, Q.; XIANGSUI, W. *La guerre hors limite*. Paris: Payot & Rivages, 2006.

de guerra dispõe”²⁹, como as guerras financeiras ou de desestabilização econômica. Nem mesmo as crises inerentes dos ciclos de acumulação do capital se distinguem do desenvolvimento da guerra, que não é mais interestatal, mas inseparável do desenvolvimento do capital, com suas políticas econômicas, humanitárias, ecológicas etc., sob a égide da governamentalidade neoliberal, como é o caso da desnacionalização, da privatização e da desregulamentação da economia.

A guerra no seio das populações implica na instauração de uma guerra de divisão da população. Implícita nas análises dos coronéis chineses, ela foi propriamente definida por dois generais: um inglês (Rupert Smith) e um francês (Vincent Desportes). Por que afinal a guerra no seio das populações substituiu as guerras industriais, tais como as travadas nas guerras mundiais? Primeiro, porque essas foram neutralizadas pela bomba atômica, ou seja, uma guerra total, tal como a travada pela Alemanha nazista, pelo Japão fascista e contra eles, houvesse a bomba atômica, o resultado seria a autoaniquilação da humanidade. Mas, para além disso, as guerras industriais, mesmo renovadas pela informatização ou cibernética, se mostraram relativamente impotentes diante dos novos inimigos, cada vez menos convencionais (como a Al-Qaeda ou o Talibã). Foi o caso do Afeganistão e do Iraque, em 2001 e 2003. Houve uma “rápida” vitória com o uso maciço da força letal pelo exército dos EUA e aliados, mas que não foi capaz de acabar com as hostilidades, que levaram com o tempo à retirada do exército de ocupação, deixando um rastro de destruição e guerra civil. Ou seja, após destruir o que supostamente seria um inimigo tradicional qualquer (um exército regular do estado inimigo), os verdadeiros problemas se apresentam: como governar um país ocupado e com combatentes operando de maneira fragmentada, misturados à população, geralmente com o apoio desta, utilizando táticas de guerrilha, etc.?

Enquanto a expansão do capitalismo estava territorializada nos estados-nação, a guerra tinha a forma imperialista da guerra entre estados. Agora, o espaço de acumulação sendo transnacional, novas estratégias são criadas: os conflitos serão redefinidos em função das populações globalizadas que devem ser submetidas a essa lógica da acumulação. Não se trata apenas de guerras contra “terroristas e insurgentes”, mas guerras que operam visando o controle e a disciplinarização das populações submetidas enquanto força de trabalho num mercado mundial³⁰.

O general inglês Rupert Smith assim afirma, em *A utilidade da força*: “As missões militares se desenrolam por toda parte: em presença de civis, contra civis, em defesa de civis. Os civis podem ser alvos, objetivos ou forças hostis”. “A população, qualquer que seja ou como quer que viva, se torna o próprio campo de batalha”³¹.

Essa intervenção sem limites na e contra a população é realizada em nome de “operações de estabilização”, visando a pacificação global numa guerra que não pode mais ser vencida. Não sendo atingível, a pacificação infinita é a própria guerra ininterrupta. E o inimigo não é o estado estrangeiro, mas o inimigo qualquer, indetectável, que se produz e reproduz no interior da população: o favelado, o negro, o

²⁹ ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. Op. Cit., p.352.

³⁰ Ibidem, p. 340.

³¹ Apud ibidem. Os autores citam a edição francesa: SMITH, Rupert. *L'Utilité de la force: l'art de la guerre aujourd'hui*. Paris: Economica, 2007.

árabe, o palestino. Disperso, disseminado, menor, ainda que as forças militares se apliquem a circunscrevê-lo numa zona territorial periférica. Ao mesmo tempo, ele é capaz de criar novas modalidades de organização: segmentada, policêntrica, integrada pela ação em rede.

Em outras palavras, a máquina de guerra do capital pode até utilizar a guerra convencional como meio para os seus fins, mas será agora um meio entre outros, pois a guerra não se dá mais entre sociedades, mas no interior delas, uma forma de guerra em que todos estão envolvidos tendo como fim estratégico fazer girar o crédito e a dívida que alimentam o capital financeiro. É verdade que a população se tornou um alvo militar na Segunda Guerra, quando cidades europeias e japonesas foram bombardeadas e muitas vezes aniquiladas. Tratava-se então da população do estado inimigo. Agora, a guerra se faz no seio da população, em operações de menor escala, em que ambas as partes se confrontam. São guerras locais, mas que visam um efeito global em favor do capital.

Para além da atuação militar de controle do território, onde vive a população no interior da qual o inimigo qualquer se produz, como a ocupação das favelas, ou de áreas urbanas onde se concentra a pobreza, a pretexto do combate ao crime organizado, ao terrorismo ou a grupos paramilitares, a guerra no seio das populações remete às guerras de sexo, de raça, de classe e de subjetividade, isto é, à tentativa de neutralizar as lutas anticoloniais, antirracistas, operárias, feministas e ecológicas; trata-se da própria trama das guerras praticadas pelo capitalismo desde sempre. São, ao seu modo, novas guerras de acumulação ou guerras de uma acumulação que nunca foi apenas primitiva, mas sim ininterrupta. Hoje, elas fazem parte da ofensiva neoliberal que reativa o racismo de estado, a feminização da pobreza, o trabalho informal precarizado, o endividamento generalizado. Trata-se, portanto, de uma guerra contra a periferia e as populações segregadas, não necessariamente de maneira imediata para a eliminação do inimigo qualquer, mas de controle das condutas do inimigo em seu meio social e, por isso, é uma guerra de subjetividade.

Assim, os autores afirmam que 90% das ações de guerra não são militares, antes, são, entre outras coisas, operações de comunicação, guerras culturais ou sociais, dispositivos de manipulação da economia, da opinião pública, das eleições. As mídias de todos os tipos são armas empregadas por essa máquina de guerra com esses fins. São, como dizia Hannah Arendt, “uma imensa fabricação de imagens para ganhar a mente das pessoas”³² ou para distrair a mente das pessoas de sua própria condição no mundo, permitindo inclusive a criação de imagens falsificadas de si mesmo. Ou seja, não são apenas operações de desinformação, mas também a gestão da percepção, mais geralmente voltadas à classe média, para que ela se identifique mais com a classe exploradora do que como classe explorada. Ou, de maneira mais ampla, a guerra de subjetividade visa antes desorientar uma sociedade a respeito do sentimento que tem de si, uma verdadeira disrupção psicológica. É exatamente assim que funciona o neoliberalismo, que visa “o controle e a manutenção de uma situação de insegurança

³² Apud ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. Op. Cit., p. 350. Citado de ARENDT, Hannah. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

generalizada, de medo difuso, de progressiva degradação das condições socioeconômicas”³³, a despeito de todo o sofrimento e destruição que acarreta.

Acrescente-se que não se trata de uma guerra dos exércitos dos países centrais do capitalismo contra o Sul global, mas contra todos os suís que existem no planeta, inclusive no interior dos territórios desses países: populações de imigrantes, descendentes de colonizados que vivem nos países colonizadores, trabalhadores formais, trabalhadores desempregados, trabalhadores precarizados, povos indígenas, estudantes etc. O próprio Sul, no entanto, tem as mesmas fraturas, porque ao lado de tudo isso comporta enclaves de produção de alta tecnologia e de grande consumo ou consumo de elite. Daí a necessidade de pensar o conceito de endocolonização ou colonização feita dentro de um mesmo país.

Por isso, essa guerra no seio das populações é uma guerra fractal, segundo Alliez e Lazzarato, visto que se reproduz segundo o mesmo padrão em toda parte, ainda que em escalas diferentes. Uma guerra civil generalizada, fractal, entre os nortes e os suís que espera “preservar a hegemonia global do centro”, “a hegemonia dos centros em relação às periferias” e o “controle das elites transnacionais do centro sobre as suas próprias sociedades”, como afirma Jeff Halper, em *War Against the People*³⁴.

Desse modo, a máquina de guerra não é mais exterior ao aparelho de estado, mas em grande medida coextensiva a ele em seu funcionamento, na medida em que ambos são instrumentalizados pelo capital. Como se sabe, não há capitalismo sem a sujeição das pessoas, ainda que sejamos chamados de trabalhadores livres, pois quase sempre estamos submetidos a um processo de produção que nos é imposto e que obedece exclusivamente à lógica da valorização do capital, com seus incrementos constantes de produtividade. Com a automação e a informatização, que muda o regime de produção que passa a se exercer através do controle sobre a informação que disponibilizamos às máquinas, o capitalismo reinventa um regime de servidão maquina. O óleo que lubrifica essas engrenagens, fazendo-as operar incessantemente o processo de valorização do capital, ou seja, de extração de mais-valia, é a máquina de guerra. Uma só máquina de guerra cuidando dos interesses da economia-mundo. Deleuze e Guattari apontam a relevância dos estudos de Paul Virilio a esse respeito, sobretudo em *A insegurança do território*. Virilio mostra como a guerra aterroriza as populações não através de uma ameaça de destruição, mas através de uma promessa de paz, que promove e instala através de tantos meios violentos, fazendo da segurança uma “guerra materializada, insegurança organizada ou catástrofe programada, distribuída, molecularizada” na expressão de Deleuze e Guattari³⁵; mostra ainda como essa máquina de guerra não precisa de um inimigo bem definido, antes se exerce sobre o “inimigo qualquer”, que pode ser um indivíduo, um grupo, uma classe, enfim, qualquer um de nós. É, portanto, enquanto máquina de guerra mundial que funciona o capitalismo contemporâneo. A guerra é chamada a realizar e garantir a renovação constante do

³³ ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. Op. cit., p. 354.

³⁴ Apud ibidem, p. 355. Citado de HALPER, Jeff. *War Against the People: Israel, the Palestinian and Global Pacification*. London: Pluto, 2015.

³⁵ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Op. Cit., p. 170. Os autores citam três livros de Paul Virilio: *L'insecurité du territoire*, *Vitesse et politique* e *Défense populaire et luttes écologique*.

capital a um ritmo e a uma amplitude sempre crescentes a partir da exploração dos recursos planetários: sejam eles humanos, animais ou, em uma palavra, ambientais. Resistiremos melhor, quanto melhor compreendermos isso tudo.

Referências bibliográficas

- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. *Guerras e capital*. São Paulo: Ubu, 2021.
- CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal*. Tr. Renato J. Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. Tr. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Tr. Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*. São Paulo: 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. V. 5. Rio de Janeiro, 34, 2012.
- FANTASMAS DE ABU GHRAIB. Dir. Rory Kennedy. EUA, 2007.
- GRAEBER, David; WENGROW, David. *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*. Tr. Denise Bottmann; Claudio Marcondes. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tr. Mario Duayer; Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; /Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MONTMOLLIN, Maurice de. *Les systèmes hommes-machines: introduction à l'ergonomie*. Paris: PUF, 1967.

Recebido / Received: 13/06/2024
Aprovado / Approved: 15/08/2024